# RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

1. Temos todos os motivos para celebrar. A vitória de Lula é também uma vitória do PT, de sua história, de sua capacidade de resistência e de sua extraordinária contribuição para a construção de um Brasil mais justo. Não há como compreender a democratização do país, a ampliação dos direitos sociais, a luta contra a fome e a pobreza, a valorização do salário-mínimo, a expansão das universidades públicas e o reconhecimento de sujeitos historicamente excluídos sem reconhecer o papel desempenhado pelo nosso partido. Ao longo de mais de quatro décadas, o PT se consolidou como o principal instrumento político da classe trabalhadora brasileira, atravessando derrotas, perseguições, contradições e transformações profundas sem abandonar sua capacidade de mobilizar milhões de pessoas em torno de um projeto coletivo, sendo o único partido a conquistar seis vitórias presidenciais. Entretanto, a dimensão histórica dessa vitória exige que não confundamos a conquista do governo com a conquista da hegemonia política e social. A extrema-direita foi derrotada nas urnas no segundo turno, mas permanece organizada, com expressiva representação no Congresso Nacional, presença nos governos estaduais, influência sobre setores das instituições, recursos econômicos, articulações internacionais e capacidade de disputar cotidianamente a consciência da sociedade. O neoliberalismo continua profundamente enraizado na estrutura econômica e no funcionamento do Estado brasileiro. A concentração da riqueza, o poder do capital financeiro, as desigualdades regionais, raciais e de gênero, a precarização do trabalho e a crescente influência das grandes plataformas digitais continuam impondo obstáculos ao desenvolvimento de um projeto democrático e popular.

# RESOLUÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

2. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2026 representa uma das mais importantes conquistas políticas da história brasileira. Pela quarta vez, o povo brasileiro escolheu Lula para governar o país, derrotando nas urnas um projeto de extrema-direita que ameaçava os direitos sociais, a soberania nacional, as instituições democráticas e as conquistas da classe trabalhadora. O Partido dos Trabalhadores ao reunir seu Diretório Nacional pela primeira vez depois deste feito heroico precisa focar com prioridade e enorme responsabilidade nas tarefas que esta conquista nos impõe para darmos conta da enorme expectativa gerada por este triunfo.

3. É fundamental nos dedicarmos a contribuir com o nosso Governo e com o Presidente Lula para que a montagem do Governo, as mudanças de estruturas, com as respectivas nomeações de responsáveis dêem conta das inovações e mudanças necessárias para que o grito extraordinário das mobilizações se converta em políticas e num método de governar que faça avançar nosso projeto de sociedade e siga entusiasmando e provocando progressivo engajamento da Sociedade Brasileira tal como o provocou nossa Campanha no segundo turno das eleições.

4. Escrevemos, no dia 25 de outubro de 2026, mais uma página extraordinária de sua história. Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela quarta vez presidente da República, com 51,8% dos votos válidos. Foram mais de 64 milhões de brasileiras e brasileiros que escolheram o 13, na maior votação nominal já recebida por um candidato à Presidência.

5. Pela primeira vez na história democrática do país, um presidente virou a eleição do primeiro para o segundo turno e, pela primeira vez, um presidente foi eleito democraticamente para 4 mandatos presidenciais. O PT elegeu, em 2002, o

primeiro operário presidente do Brasil; em 2010, a primeira mulher a presidir o Brasil; agora, mais uma vez, fez história.

6. Foi uma vitória construída pelo povo, com coragem, esperança e uma extraordinária capacidade de mobilização. Entre o primeiro e o segundo turno, conquistamos mais de 10 milhões de votos, crescemos em todas as unidades da federação e viramos o resultado em mais de 100 municípios, enquanto nosso adversário conseguiu fazê-lo em apenas um. O Brasil registrou ainda o menor índice de abstenção desde 2006. Milhões de brasileiros e brasileiras decidiram que não ficariam à margem da história.

7. A vitória eleitoral do Presidente Lula tem um significado para o mundo que vai muito além das fronteiras brasileiras. Representa simultaneamente um freio simbólico à ascensão global da extrema direita, a reafirmação da soberania do Sul Global e a manutenção de um protagonista chave nas agendas da integração regional latino-americana, na agenda climática, do multilateralismo e na geopolítica global. Mais do que isso, mostrou que é possível derrotar a interferência estrangeira em especial dos EUA sob o trumpismo e as chamadas “Big Techs”.

8. A grande protagonista desta vitória foi a mobilização popular. O Brasil viu florescer uma impressionante onda de participação política. A juventude ocupou as ruas, organizou grandes manifestações, reuniu multidões, mobilizou escolas e universidades a partir da base e mostrou que uma nova geração está disposta a assumir seu lugar na construção do futuro do país. Os estudantes, com sua irreverência, criatividade e capacidade de organização, estiveram na linha de frente dessa jornada. Das grandes manifestações às brigadas de diálogo nas periferias e aos fandoms, a juventude demonstrou que a política pode voltar a ser espaço de

esperança, pertencimento e transformação. Quando a democracia é ameaçada, os artistas e intelectuais se posicionam porque não existe cidadania plena sem cultura, nem democracia sem liberdade de expressão.

9. As mulheres, a população LGBT e o povo negro também foram protagonistas desta vitória. Nas ruas, nas redes, nas comunidades, nos locais de trabalho e nas famílias, se mobilizaram em defesa da democracia, dos direitos e de um futuro de mais igualdade. Merece destaque também o protagonismo das pessoas idosas, cuja experiência, memória histórica e trajetória de participação nas lutas sociais e democráticas foram fundamentais nessa mobilização. Da mesma forma, os povos indígenas tiveram papel relevante na defesa da democracia, da soberania nacional, dos territórios, dos direitos originários e da preservação ambiental. São sujeitos históricos e políticos indispensáveis à construção de um Brasil mais justo, democrático e plural. Foram vozes decisivas na defesa da vida, no enfrentamento à misoginia, ao racismo, ao preconceito LGBT e na afirmação de que não há democracia verdadeira sem a participação, a liberdade e a igualdade.

10. O PT reconhece que a mobilização da sua militância com deficiência foi muito importante para as vitórias nos Estados e também na reeleição do nosso Presidente Lula. Foi organizado um grande exército de pessoas com deficiência filiadas e não filiadas que, além de votar, combateram diversas Fakenews a exemplo do fim do Crédito Acessibilidade do Banco do Brasil e do BPC.

11. Nas redes sociais, a mobilização também foi extraordinária. O “Exército do Lula”, liderado por André Janones, somou-se à força da militância, dos comunicadores populares e de milhões de apoiadores, contribuindo para transformar o debate digital e enfrentar a desinformação.

12. Esta foi uma vitória que ultrapassou as fronteiras partidárias. Ao lado dos partidos aliados, dos movimentos populares, dos sindicatos, dos artistas, dos intelectuais e de amplos setores da sociedade civil, estiveram também setores liberais, conservadores e da direita democrática, que reconheceram a gravidade da ameaça representada pela continuidade do bolsonarismo. Apesar das diferenças políticas, compreenderam que a defesa da democracia deveria estar acima das disputas eleitorais.

13. Nesta resolução, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores apresenta sua avaliação sobre o resultado das eleições de 2026, os desafios do quarto mandato de Lula e as tarefas políticas, programáticas e organizativas do partido para o próximo período. A vitória impõe ao PT a responsabilidade de compreender o que aconteceu no país nos últimos quatro anos, reconhecer os erros cometidos e os acertos do campo adversário, identificar as transformações da sociedade brasileira e construir respostas à altura dos desafios que se apresentam. Certamente, qualquer balanço deve partir do fato objetivo de que, na eleição mais disputada da história do Brasil, saímos vitoriosos.

14. Nenhuma vitória ou derrota ocorre por conta de um único fator. É uma soma de fatores que culminam em um resultado. Esta vitória é fruto de muitos fatores: da conjuntura, da mobilização da juventude, do exército do Lula, da dedicação de militantes, dirigentes e parlamentares que fizeram essa campanha histórica. O povo brasileiro elegeu Lula pela quarta vez.

15. O quarto mandato de Lula deverá consolidar as transformações iniciadas em 2023, enfrentar os obstáculos estruturais ao desenvolvimento nacional e abrir caminhos para uma nova etapa de crescimento econômico, distribuição de renda, justiça social e ampliação da democracia.

16. Ao mesmo tempo, o Partido dos Trabalhadores precisa preparar seu próprio futuro. Não basta defender as conquistas dos governos petistas. É necessário renovar métodos, fortalecer a organização partidária, ampliar a presença nos territórios, dialogar com as novas gerações e reconstruir os vínculos com uma classe trabalhadora profundamente transformada pelas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas das últimas décadas, que têm suas demandas políticas próprias.

17. O PT é a principal referência partidária do campo popular e democrático brasileiro. Sua capacidade de continuar desempenhando esse papel dependerá, cada vez mais, da disposição de compreender as mudanças do país e de transformar essa compreensão em ação política.

## A VITÓRIA DE 2026, A DEMOCRACIA E A SOBERANIA NACIONAL

18. Pela primeira vez desde a redemocratização, uma candidatura que terminou o primeiro turno à frente na disputa presidencial foi derrotada no segundo. Lula reverteu uma desvantagem de mais de 2,2 milhões de votos em relação a nosso adversário no primeiro turno e conquistou mais de 64 milhões de votos no segundo, com uma diferença superior a 4,4 milhões de votos.

19. Lula foi eleito com 64,3 milhões de votos no segundo turno, equivalentes a 51,7% dos votos válidos, contra 59,8 milhões (48,2%) para Flávio Bolsonaro. No primeiro turno, Lula havia recebido 53,9 milhões de votos (45,1%). Entre os turnos, sua votação cresceu 10,4 milhões de votos, enquanto a do adversário avançou 3,7 milhões. Foi a maior votação nominal já recebida por um candidato à Presidência da República na história do país, e o crescimento de Lula entre os turnos foi quase o triplo do registrado pelo adversário.

20. A votação de Lula cresceu em todas as unidades da Federação entre os turnos, com virada em Minas Gerais. Em termos percentuais, os maiores avanços ocorreram em Goiás (9,28 pontos percentuais), São Paulo (7,95 pontos) e Minas Gerais (7,1 pontos). Em números absolutos, os maiores crescimentos vieram de São Paulo (2,6 milhões de votos), Minas Gerais (1,16 milhão), Rio de Janeiro (872 mil) e Bahia (820 mil). Minas Gerais foi o único estado em que houve virada do primeiro para o segundo turno, confirmando o ditado de que "quem ganha em Minas, ganha no Brasil". Na grande maioria dos municípios a votação também cresceu, e o resultado do primeiro turno foi revertido em mais de 100 deles, enquanto o adversário conseguiu fazê-lo em apenas um. Destaca-se a virada na cidade do Rio de Janeiro, berço do bolsonarismo.

21. Em 16 das 27 unidades da Federação, Lula alcançou no segundo turno percentual superior ao de 2022. O desempenho variou também conforme o porte das cidades: venceu nos municípios com mais de 500 mil eleitores, nos de 25 mil a 100 mil e nos de menos de 25 mil; nas cidades de 100 mil a 500 mil eleitores, obteve 46,72% dos votos, resultado 7,3 pontos percentuais superior ao do primeiro turno.

22. O Nordeste foi decisivo para a vitória, com vantagem de 13,7 milhões de votos no segundo turno. Entre os turnos, a votação cresceu 4,8 milhões no Sudeste, 3 milhões no Nordeste, 1,3 milhão no Sul, 771 mil no Centro-Oeste e 474 mil no Norte. A abstenção caiu para 19,22% no segundo turno, o menor índice desde 2006, com quase 3 milhões de eleitores a menos ausentes em relação ao primeiro turno. Destaca-se a queda da abstenção entre os idosos: muitos foram votar em condições frágeis de saúde ou de mobilidade, com o vigor do compromisso democrático, e foram fundamentais para garantir a vitória.

23. Saudamos com entusiasmo a eleição dos governadores do Partido dos Trabalhadores: Jerônimo Rodrigues, na Bahia; Elmano de Freitas, no Ceará; Rafael Fonteles, no Piauí; e Cadu Xavier, no Rio Grande do Norte. Celebramos também a eleição das senadoras Marília Campos, em Minas Gerais, e Samanda Alves, no Rio Grande do Norte, e dos senadores Jaques Wagner e Rui Costa, na Bahia, Humberto Costa, em Pernambuco, e Rogério Carvalho, em Sergipe. Essas vitórias reafirmam a força política, a capilaridade territorial e o enraizamento popular do PT. Destacamos, especialmente, a expressiva vitória do nosso projeto político no Nordeste, região que mais uma vez desempenhou papel decisivo na defesa da democracia e na sustentação de um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social. O resultado reafirma a importância histórica do povo nordestino na construção das grandes transformações democráticas e populares do Brasil. Destacamos também a virada eleitoral em Minas Gerais, as vitórias no Pará e no Amazonas, construídas pela mobilização popular e pela capacidade de diálogo com amplos setores da sociedade, assim como a ampliação da votação do presidente Lula em todos os estados do país. Foi uma vitória histórica, nacional e construída pela contribuição decisiva de milhões de brasileiros e brasileiras de todo Brasil. Uma vitória que expressa a dimensão nacional do nosso projeto político e fortalece as condições para um novo ciclo de transformações democráticas e populares no país.

24. O fato de todas as nossas vitórias para o Governo do Estado, e de 5 dos 6 parlamentares eleitos para o Senado pelo PT serem do Nordeste, exige de nós um olhar especial para os acertos da nossa construção partidária e do modo petista de governar na região. Os mais de 13 milhões de votos de frente no Nordeste são a confirmação da força do nosso partido na região, do reconhecimento do povo

nordestino com o trabalho dos nossos governos, da inabalável identidade do Presidente Lula com a região e da consolidação do Nordeste como fronteira de resistência ao bolsonarismo e de constante renovação do nosso projeto de Esquerda.

25. Nas eleições proporcionais, o PT elegeu 70 deputados federais (13,6% das cadeiras), um a mais que os 69 de 2022, formando a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, recebeu 14,8 milhões de votos para a Câmara e, com PCdoB e PV, comporá uma bancada de 88 deputados da Federação Brasil da Esperança. Entre os eleitos petistas, 29 representam renovação, contra 26 novos em 2022; a bancada terá 25 mulheres, contra 18 em 2022, 20 parlamentares negros, contra 16 em 2022 e dois indígenas, o mesmo número de 2022. O partido elegeu ainda 141 deputados estaduais e distritais, 23 a mais que os 118 eleitos em 2022, totalizando 217 mandatos entre Senado, Câmara e Assembleias Legislativas.

26. A bancada petista também rejuvenesceu. Ana Elisa (MG), de 21 anos, foi a deputada federal mais votada do partido no país, com mais de 524 mil votos. Foram eleitos 9 deputados e deputadas de até 35 anos (12,8% da bancada), contra 4 em 2022, uma conquista importante para a renovação do PT em uma eleição na qual a participação da juventude foi decisiva.

27. A bancada feminina do PT, que cresceu 39%, é a maior entre todos os partidos da Câmara, com proporção bem superior à média da Casa, que terá 21,2% de mulheres na próxima legislatura. A bancada negra é a segunda maior da Câmara, atrás apenas da do União Brasil (21). Ainda assim, a presença negra e indígena na bancada segue muito distante do peso de pretos e pardos na população brasileira (55,5%, segundo o Censo de 2022), o que deve ser encarado como um desafio para o partido nas próximas eleições.

28. Para as Assembleias Legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o PT recebeu 15,6 milhões de votos (13,8% dos votos válidos), 2,2 milhões a mais que em 2022, e ampliou sua bancada em 19,5%. Os maiores crescimentos ocorreram na Bahia (+5), em Minas Gerais e no Ceará (+3 cada). Foram eleitas 45 deputadas estaduais e distritais (31,9% da bancada), contra 34 (28,8%) em 2022, e 55 deputados estaduais e distritais negros (39,0%), contra 45 (38,1%) em 2022, além de, pela primeira vez, 2 deputados indígenas.

29. A vitória eleitoral de 2026 representa uma conquista democrática importante, mas não significa uma alteração estrutural da correlação de forças políticas e sociais no país. O resultado expressa a capacidade de reunir diferentes setores da sociedade em torno da defesa da democracia e de um projeto de governo, especialmente no segundo turno. Essa convergência, entretanto, não elimina as diferenças políticas e programáticas existentes entre as forças que participaram dessa unidade. O resultado também demonstra a importância da participação das mulheres, das juventudes, dos trabalhadores, dos movimentos populares e dos diversos segmentos sociais. O desafio que se apresenta é transformar essa convergência eleitoral em maior participação social, organização política e capacidade de intervenção nas questões concretas que afetam a vida da população.

30. Disputamos a eleição de 2026 numa conjuntura extremamente desafiadora. Em primeiro lugar, o avanço da extrema direita no mundo tem imposto derrotas às forças progressistas em grande parte das nações onde tem disputado eleições, em especial, na América Latina. Na América Latina, as vitórias de Javier Milei, na Argentina, e Nayib Bukele, em El Salvador, demonstraram a capacidade dessas forças de conquistar apoio popular. No Paraguai, a crise política que levou ao impeachment e à prisão do presidente Santiago Peña, em meio a um escândalo

financeiro, atingiu um governo conservador que servia de referência a setores do bolsonarismo. Donald Trump, a maior liderança do fascismo contemporâneo, retomou a postura de interferência dos Estados Unidos nas eleições na América Latina, atuando diretamente sobre processos eleitorais, como foi o caso da Argentina e de Honduras, em 2025, e da Colômbia, em 2026. Das 7 eleições em que Trump havia interferido, havia saído vitorioso em todas elas. É importante frisar que a vitória das forças populares e democráticas no Brasil representa a primeira derrota de Trump em uma eleição na América Latina.

31. Os mecanismos de intervenção iam desde declarações públicas de apoio a candidatos e o condicionamento da ajuda financeira dos Estados Unidos ao resultado eleitoral, como na Argentina e em Honduras, até a imposição de tarifas e sanções, como as aplicadas ao Brasil e ao ministro do Supremo Tribunal Federal em a partir de 2025.

32. A extrema-direita brasileira encontrou nesse ambiente internacional apoio político e ideológico para seu projeto de poder. A aproximação do bolsonarismo com o governo Trump evidenciou os riscos de subordinação dos interesses nacionais a uma agenda externa contrária à autonomia do Brasil. Nesse contexto, a vitória de Lula representou mais do que a continuidade de seu governo: interrompeu a possibilidade de alinhamento da Presidência brasileira a esse movimento e preservou as condições políticas para a defesa da democracia, dos direitos sociais e de uma política externa independente.

33. A reação à extrema-direita também se manifestou nos Estados Unidos. Nas eleições de meio de mandato de 2026, o Partido Democrata conquistou importantes vitórias sobre os republicanos, alterando a correlação de forças na política norte-americana e impondo limites à agenda de Donald Trump. Embora

tenham ocorrido em contextos distintos, os resultados eleitorais brasileiro e norte-americano revelaram a existência de resistência política ao avanço dessas forças.

34. A reeleição de Lula fortaleceu a posição internacional do Brasil e reafirmou a possibilidade de construir alternativas democráticas à ofensiva da extrema-direita. Para o quarto mandato, essa vitória amplia a responsabilidade de defender a soberania nacional, aprofundar a integração latino-americana e assegurar que as decisões sobre o desenvolvimento brasileiro sejam tomadas de acordo com os interesses de nosso povo.

35. Outro aspecto importante sobre as eleições no Brasil foi a atuação ideologizada das big techs, através da manipulação de algoritmos de redes sociais, colocando em risco a democracia do ambiente digital, decisivo para o processo eleitoral. A empresa Meta, que foi condenada pelo TSE a pagar R$ 7,5 milhões, admitiu falhas que afetaram a campanha de Lula, como a suspensão da conta de anúncios da campanha e erros nas métricas de publicações, e foi obrigada pelo TSE a garantir tratamento igualitário às duas candidaturas no segundo turno. Não se tratam de falhas, se tratam de interferência inadmissível no processo eleitoral brasileiro.

36. Finalmente, enfrentamos um sentimento de mudança, que vinha sendo capitaneado pela extrema direita. Este sentimento de mudança decorre da insatisfação com o padrão de vida da população de maneira geral. É um sentimento global que emerge da piora da qualidade de vida por conta da acentuação da concentração de renda, do empobrecimento geral da massa de trabalhadores, dos preços em patamares elevados desde a pandemia de covid-19 e da falta de perspectiva de futuro pelas múltiplas crises que enfrentamos: climática, geopolítica, econômica, social.

37. Este sentimento de mudança impacta sobretudo candidatos incumbentes, independentemente da posição ideológica. Das últimas 35 eleições na América Latina, apenas 3 reelegeram o incumbente. Este, costuma ser responsabilizado por não ter dado saídas suficientes ou satisfatórias para a situação insatisfatória com o padrão de vida, decorrente da piora das condições de vida.

38. O Governo Lula 3 teve uma imensa tarefa de reconstrução. Assumiu o Governo com o país dilapidado pelos anos de Temer e Bolsonaro. O Brasil havia voltado ao Mapa da Fome e, quando assumimos, mais de 30 milhões de brasileiros passavam fome. O teto de gastos impôs a precarização dos serviços de educação e saúde, com o atraso na idade de alfabetização de crianças, redução da cobertura vacinal, e ainda, o legado de mais de 700 mil mortes pela pandemia, muitas das quais poderiam ter sido evitadas não fosse a negligência do governo anterior. Enquanto cortaram gastos sociais e acabaram com a valorização do salário-mínimo, zeraram o imposto sobre jatinhos e jet-skis. As armas foram liberalizadas e explodiram os indicadores de violência. A cultura havia sido tratada como inimiga, e o Ministério da Cultura fora extinto. Os retratos do governo anterior eram de covas da covid, fila do osso, e crianças carregando armas, enquanto o presidente e seus filhos andavam de jet-ski no Lago Paranoá.

39. Até mesmo o orçamento de Bolsonaro era fictício. Apesar de ter prometido que manteria o Auxílio Brasil em 600 reais, o valor não constava no Orçamento de 2023. Não constavam também programas como Farmácia Popular, Minha Casa Minha Vida, entre outros. Por isso, antes mesmo de assumir, o governo Lula 3 precisou negociar a PEC da Transição. Reconstruímos o orçamento para fazer o Bolsa Família de 600 reais, com adicional para crianças e mães, recompusemos os pisos de saúde e educação por meio de uma nova regra fiscal e criamos programas como Pé-de-

Meia, Gás do Povo, Acredita, Luz do Povo e Agora Tem Especialistas. Recuperamos os investimentos em infraestrutura através do PAC, e os investimentos em indústria e sustentabilidade através da Nova Indústria Brasil e do Plano de Transformação Ecológica. Fizemos história ao aprovar pela primeira vez uma reforma progressiva do imposto de renda no Brasil, isentando quem ganha até 5 mil reais e cobrando mais dos super-ricos. Aprovamos o fim da escala 6x1, sem redução de salário, a maior conquista trabalhista da história do Brasil desde a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

40. Alcançamos resultados expressivos. Chegamos à menor taxa de desemprego da história do Brasil, ao maior patamar de rendimento médio real dos trabalhadores, saímos em apenas dois anos do Mapa da Fome, e atingimos o menor patamar de desigualdade da história, medida pelo índice de Gini (apesar de ainda figurar entre os países mais desiguais do mundo). A cobertura vacinal aumentou, o tempo de espera por atendimento médico foi reduzido, melhoramos os indicadores de alfabetização na idade certa e de aprendizagem e ampliamos as vagas em escolas de tempo integral.

41. Ainda assim, nas eleições, ficou nítido que esse álbum de conquistas do governo era insuficiente para dialogar com o sentimento do povo. Apesar do crescimento do emprego e da renda e da estabilização da inflação, o patamar dos preços segue alto, e o custo de vida continua sendo um fator de preocupação da população, em especial em razão do elevado endividamento das famílias. É verdade que os programas Desenrola foram fundamentais para amenizar esta situação e permitir que muitas famílias suportassem suas dívidas. Mas foram insuficientes para mudar estruturalmente o comprometimento da renda das famílias. Isso se deve, em especial, ao elevado patamar da taxa de juros, herdado do Governo Bolsonaro e

mantido pela equipe independente do BC em nosso governo, e à epidemia das bets, que foi combatida por nosso governo.

42. Apesar do bom desempenho do nosso governo, tivemos dificuldade ao longo desses quatro anos de conquistar uma aprovação sustentavelmente acima dos 50%, o que configurou uma dificuldade na disputa política eleitoral. Faltou ao longo dos quatro anos evidenciar mais a comparação entre o que estava avançando e o que havia sido deixado pelo governo anterior, consolidar uma comunicação mais direta com a população, assim como conectar os avanços ao governo, muitas vezes capturados por governadores e parlamentares. Neste aspecto, ressaltam-se também os impactos negativos do volume de recursos destinados a emendas parlamentares, que retiram potência do Executivo sobre o orçamento, assim como descaracterizam a destinação de recursos a conquistas do governo federal.

43. No primeiro turno, a campanha enfatizou a apresentação do legado do presidente Lula, e todos os seus feitos como o maior estadista da história do Brasil. Lula foi o operário que chegou à Presidência da República, o líder que tirou o Brasil do mapa da fome duas vezes e uma referência para o mundo, e esta última campanha de sua vida pública deveria ser também um reconhecimento desta trajetória. Não só como um líder do Brasil, mas como um líder mundial.

44. O ato da Vila Euclides, de lançamento da campanha com o lema “Onde Tudo Começou” foi um grande acerto, apresentando o sentido político do legado da campanha. Iniciamos a campanha despertando o sentimento histórico das eleições, reconectando com a história do Presidente Lula, das greves operárias de 1970, ao primeiro presidente da classe trabalhadora, disputando neste momento sua última eleição. Todavia, não avançamos após a apresentação do legado para o futuro.

45. Todavia, era necessário também apresentar um horizonte de futuro capaz de mobilizar a sociedade em torno de novas conquistas.

46. A sociedade esperava mudança, e Flávio Bolsonaro conseguiu no primeiro turno protagonizar o sentimento de mudança. Apesar de representar o retorno da velha política nefasta de Bolsonaro, conseguiu se posicionar como o novo, como a mudança, e ter um melhor desempenho. Em especial, porque não conseguimos mostrar que a verdadeira mudança eram as políticas do PT, que estavam transformando a realidade brasileira e estavam em risco com a eleição do opositor.

47. Somou-se a isso a captura do debate público pela crise do Supremo Tribunal Federal. Decorrente das relações de ministros com o escândalo do Banco Master, ela deflagrou uma crise generalizada na percepção das instituições. E, embora quem estivesse ligado ao escândalo do banco fosse o nosso adversário, essa crise ligada ao STF tornou-se uma cortina de fumaça, impedindo que o debate principal, a comparação de projetos, tivesse protagonismo.

48. Tivemos palanques fortes nas 27 unidades da federação, um feito de muito sucesso, que garantiu a ampliação da nossa campanha e presença forte em todos os estados. Nossos aliados foram parte fundamental da nossa vitória. Conseguimos de maneira inédita a unidade dos 7 partidos de esquerda e centro esquerda desde o primeiro turno. Foi a primeira vez que PT, PCdoB, PV, PSOL, Rede, PSB e PDT estiveram juntos desde o começo, com diversas lideranças de cada um dos partidos abrindo mão de candidaturas próprias em torno de um projeto nacional unitário.

49. Além disso, ampliamos em diversos estados com setores de outros partidos, que se uniram em torno da defesa da democracia e das transformações no Brasil promovidas pelo governo Lula. Essa composição também garantiu a neutralidade

de vários partidos de centro no primeiro turno. Posteriormente, isso ganhou ainda mais importância, pois uma antecipação dos apoios a Flávio Bolsonaro no primeiro turno poderia ter impactado ainda mais negativamente o resultado.

50. Terminamos o primeiro turno atrás do nosso opositor, com um resultado pior que em 2022 em quase todos os estados, com exceção do Distrito Federal e do Amapá. Apesar dos atos de rua cada vez mais mobilizados da véspera do primeiro turno, e o clima positivo da reta final, foi insuficiente para chegarmos à frente. Apesar disso, a militância entrou no segundo turno de cabeça erguida, se mobilizou para virar a eleição, e conquistamos uma vitória histórica.

51. No segundo turno, soubemos ouvir com humildade as urnas e tomar decisões para corrigir alguns aspectos da campanha. Conseguimos mudar o debate político e levando o debate para a comparação de projetos. Passamos a falar de futuro e não só de legado. Passamos a mostrar tudo o que havíamos feito e que poderíamos fazer em um novo mandato, assim como tudo que estava em risco em uma eventual eleição de Flávio Bolsonaro, mostrando que a mudança do nosso adversário era a mudança para o retrocesso do governo do pai.

52. Entramos no segundo turno com os estudantes, tomando as ruas e organizando atos em universidades para defender a democracia e os direitos sociais. Este movimento foi decisivo para iniciar as grandes mobilizações que marcaram a virada da campanha, e para criar um contexto de que era possível virar e, para isso, necessário se mobilizar.

53. Uma semana após o início do segundo turno, colocamos já mais de um milhão de pessoas nas ruas de todo Brasil e o Exército do Janones já tinha mais de 5 milhões de soldados.

54. A aprovação do fim da escala 6x1 teve um peso fundamental na pauta política do país. Foi uma das maiores conquistas da história do país para os trabalhadores, garantindo um dia a mais de descanso sem redução de salário, uma medida que só poderia ser aprovada pelo presidente Lula. Também merecem destaque as medidas anunciadas pelo governo que apontavam para futuro e mudanças que só Lula promoveria no país: o reajuste do Bolsa Família, o fim das bets, o perdão das dívidas do MEI e ampliação do teto, o pé-de-meia universitário, a tarifa zero aos finais de semana.

55. Flávio se colou mais fortemente ao legado do seu pai, recebeu apoio massivo do mercado financeiro. Passou a ser o representante do sistema, e demonstrou uma enorme soberba, nomeando ministros e antecipando a montagem do que seria seu governo anti-povo.

56. No segundo turno, ganharam evidência as relações de Flávio com a milícia e escândalos, em especial o caso em que advogou para o policial militar acusado de matar a menina Ana Clara, de cinco anos, em Niterói, e o caso em que foi acusado pelo jogador Richarlison de tomar sua ilha em Angra dos Reis, assim como toda a sua relação com o advogado Willer Tomaz, investigado pela Polícia Federal.

57. O debate da Globo também foi um momento importante, sobretudo quando Lula respondeu sobre a provocação imunda do adversário sobre a deficiência dele, focalizando a identidade de classes presente naquele momento “nossa diferença está entre um trabalhador menos de idade que trabalha para comer contra um granfino de biografia duvidosa que nunca trabalhou”.

58. Neste contexto, em que a política passou a ser pautada pela comparação entre projetos, e o que cada um representaria para o futuro do país, dois fatores foram determinantes da nossa vitória: a mobilização de ruas e a mobilização em redes.

59. O povo trouxe essa vitória para o presidente Lula e para o PT. As mobilizações de rua foram puxadas pelos estudantes, começando pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói (RJ). Ganharam proporção nacional, ocupando as ruas de todo o país e mobilizando, a partir da juventude, todas as gerações. O povo foi para a rua porque entendeu o que estava em jogo e foi para a rua defender os seus direitos e conquistas.

60. É importante destacar as iniciativas do "Bora Lula" para atividades de rua, que já vinham sendo organizadas e continuaram a ser ampliadas. Essas iniciativas foram fundamentais para manter a mobilização viva, não deixar a militância se desanimar após o resultado do primeiro turno e estimular a procura por votos nos territórios. Essa estrutura da campanha foi ampliada, multiplicada muitas vezes espontaneamente e a muitas mãos construímos uma vitória histórica, nacional pela contribuição decisiva de milhões de brasileiros e brasileiras de todo Brasil. Uma vitória que expressa a dimensão nacional do nosso projeto político e fortalece as condições para um novo ciclo de transformações democráticas e populares no país.

61. Os movimentos sociais foram fundamentais para a vitória no segundo turno. A manutenção da "mobilização permanente" que foi organizada garantiu que todos os dias atividades de rua estivessem ocorrendo, em todos os cantos do país. A mobilização do segundo turno não foi "só" a mobilização dos gigantescos atos organizados. Mas a mobilização em cada bairro, em cada cidade, cotidianamente para ampliar a votação do presidente Lula.

62. As redes foram fundamentais. Passamos a ganhar o debate nas redes sociais. Foi decisiva para isso a organização do "Exército do Lula", liderado por André Janones, que mobilizou de maneira militante e voluntária milhões de pessoas que queriam missões para contribuir com a campanha. Assim, apesar do boicote da Meta, conseguimos romper as barreiras do algoritmo e vencer nas redes no segundo turno.

63. Buscamos os votos da abstenção e alcançamos a menor abstenção desde 2006, com quase 3 milhões de eleitores a mais nas urnas. Organizamos o envio de análise quantitativa dos resultados eleitorais do primeiro turno dos estados, regiões e municípios com informações sobre as localidades com maior potencial de conversão de abstenção em votos para Lula, apoiando as ações de busca de votos. Sobretudo, o voto dos idosos foi fundamental para reduzir essa abstenção, com muitos idosos indo às urnas para eleger Lula.

64. Apesar do boicote do transporte público em várias regiões do país no dia da eleição, ampliamos a votação e reduzimos a abstenção. O clima de militância estava tão enraizado que diversas pessoas organizaram caronas solidárias, por iniciativa própria, rodando nos terminais em várias cidades do país.

65. Também conseguimos buscar muitos votos de quem votou em outros candidatos. Apesar do apoio dos demais candidatos a Flávio Bolsonaro, com exceção de Renan Santos, boa parte de seus eleitores não seguiu essa orientação: os candidatos derrotados somaram 9,3 milhões de votos no primeiro turno, mas Flávio cresceu apenas 3,7 milhões no segundo, enquanto Lula cresceu 10,4 milhões. Muitos eleitores que esperavam votar em algo contra o sistema perceberam que Flávio era o verdadeiro representante do sistema de privilégios, e votaram em Lula nessa eleição. A coragem dos militantes de disputar até os votos de quem votou em Flávio

no primeiro turno também foi capaz de virar votos, mas, sobretudo, de manter a coragem e perseverança de disputar voto a voto, olho no olho, e nas redes para a reeleição do presidente Lula.

66. Nossos aliados foram essenciais para essa vitória. Ninguém ganha uma eleição sozinho, e essa vitória só foi possível porque conseguimos construir alianças que nos permitiram chegar a este resultado. Os partidos da nossa coligação – PT, PcdoB, PV, PSB, PSOL, Rede, PDT – assim como nossos aliados nos estados. Isso foi fundamental para a amplitude e capilaridade de nossa campanha, peça decisiva para nossa vitória.

67. Nesse sentido, cabe destacar o papel preponderante da Carta em Defesa da Democracia e da Soberania, assinada por 77 bispos da CNBB, que, sem declarar apoio a candidaturas, reforçou o compromisso da entidade com as causas populares.

68. O PT precisa reconhecer essa diversidade para compreender os limites e as possibilidades de sua representação social. A força demonstrada nas ruas e nas redes precisa encontrar ressonância nos diretórios estaduais, municipais e zonais do partido.

69. Nada aconteceu isoladamente. As redes só tiveram o impacto e a proporção que tiveram porque foram alimentadas pelo sentimento das ruas. Redes e ruas foram mobilizadas pela mudança de pauta (e a própria mobilização reforçou a mudança da pauta) para a comparação de projetos. As mobilizações evidenciaram o que estava em jogo e cresceram cada vez mais.

70. O recado das urnas ao PT e ao presidente Lula é, portanto, mais amplo do que a vitória conquistada: a população espera que a continuidade do governo se traduza

em melhorias concretas nas condições de vida, respostas aos problemas cotidianos e capacidade de representar uma sociedade diversa, exigente e em transformação. A legitimidade conferida pelas urnas representa uma responsabilidade diante de toda a sociedade brasileira.

O QUARTO MANDATO DE LULA E UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

71. O quarto mandato do presidente Lula deverá enfrentar um desafio decisivo: transformar a recuperação econômica e social iniciada em 2023 em um novo ciclo histórico de desenvolvimento nacional e distribuição de riquezas. No terceiro mandato, o país foi reconstruído e preparado para um salto de qualidade; essa é a tarefa do quarto mandato, para a qual o PT deve contribuir ativamente, dentro e fora do governo, formulando, acompanhando e implementando esse projeto de transformação.

72. O Brasil não pode continuar submetido a um modelo econômico que concentra renda, limita os investimentos produtivos e mantém o país dependente da exportação de produtos primários e da importação de tecnologias de maior valor agregado.

73. O presidente Lula provou ao Brasil e ao mundo que é possível crescer distribuindo renda e que a distribuição de renda e a valorização do trabalho podem ser o próprio motor do crescimento. Como ele costuma dizer: “Muito dinheiro nas mãos de poucos é pobreza; pouco dinheiro nas mãos de muitos, é riqueza.” O PT defende seguir distribuindo renda, reduzindo os impostos de quem ganha menos, promovendo justiça tributária, combatendo as desigualdades de gênero, raça e regionais e valorizando o trabalho, com política de valorização do salário mínimo, proteção social e direitos trabalhistas. Somente um ciclo de desenvolvimento

ancorado em mais investimentos, em especial em tecnologia e indústria, permitirá mudar a posição do Brasil na economia mundial, romper com o subdesenvolvimento e transformar o Brasil em um país desenvolvido.

74. O terceiro governo Lula precisou reconstruir políticas e instrumentos de investimento afetados nos anos anteriores. A recomposição do orçamento e de programas sociais, a retomada do PAC, a Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica estabeleceram bases importantes para o novo ciclo. Essa reconstrução deve ser acompanhada de uma comunicação capaz de vincular as entregas do governo federal às mudanças percebidas pela população.

75. A construção de um país desenvolvido, soberano e socialmente justo exige planejamento de longo prazo, capacidade de investimento do Estado, fortalecimento da indústria nacional, valorização do trabalho e exploração de nossas riquezas naturais com sabedoria.

76. O projeto político do PT deve atualizar a estratégia democrático-popular e reafirmar seu horizonte socialista, considerando as transformações econômicas, sociais, políticas, tecnológicas e ambientais do período atual. Esse horizonte deve estar associado à ampliação da democracia, à igualdade de direitos, à liberdade, à participação popular, à valorização do trabalho e à soberania nacional. A construção desse projeto articula as lutas imediatas, as reformas democráticas e sociais e as transformações estruturais necessárias para enfrentar as desigualdades e ampliar o controle democrático da sociedade sobre os rumos do desenvolvimento. Essa estratégia depende do fortalecimento da organização independente da classe trabalhadora e da participação dos movimentos sociais. O projeto de desenvolvimento nacional precisa enfrentar a concentração de renda e riqueza e a influência desproporcional do capital financeiro sobre as decisões

econômicas e o orçamento público. Para isso, é necessário articular justiça tributária, valorização do trabalho, ampliação dos investimentos produtivos e fortalecimento da capacidade de planejamento e execução do Estado. A política de desenvolvimento deve contribuir para a democratização da economia, a redução das desigualdades, a ampliação do emprego e da renda e o fortalecimento da produção nacional. Essa perspectiva deve estar integrada à nova industrialização, à soberania tecnológica, à reforma agrária, ao fortalecimento da agricultura familiar e à transição ecológica, considerando as necessidades sociais e ambientais do país.

77. A reconstrução do Estado, depois de 2022, exigiu enfrentar estruturas herdadas – que permaneceram em nosso governo – rever práticas e recompor capacidades institucionais. Nem sempre, porém, houve a agilidade e o rigor necessários para assegurar que funções estratégicas fossem exercidas com compromisso efetivo com as políticas públicas, a democracia e as prioridades legitimadas pelas urnas, quando elegeram Lula.

78. A escolha e a permanência de dirigentes em cargos de confiança, assim como a supervisão das estruturas de direção e das agências reguladoras requerem critérios públicos de competência técnica, integridade, responsabilidade institucional e compromisso com o programa de governo. O respeito ao pluralismo e às garantias legais não se confunde com tolerância a conflitos de interesse, atuação incompatível com deveres funcionais ou uso indevido de estruturas públicas. Situações dessa natureza devem ser examinadas e enfrentadas mediante procedimentos regulares, com fundamento em fatos e respeito ao devido processo. Essa avaliação não busca confundir Estado, governo e partido. Seu propósito é aperfeiçoar a capacidade de direção, fiscalização e entrega de políticas

públicas, para que o projeto escolhido pela maioria da sociedade tenha sustentação institucional e resultados concretos em todo o território nacional.

79. O crescimento econômico só se traduz em melhoria efetiva da vida quando a renda das famílias aumenta acima da inflação do preço dos alimentos, da moradia, da energia e dos serviços essenciais. O custo de vida deve ocupar posição central na agenda do quarto mandato de Lula. A proteção do poder de compra dos salários, especialmente entre os trabalhadores de menor renda, exige medidas permanentes de combate à carestia e de ampliação da oferta de bens essenciais. Em um mundo marcado pelo agravamento da crise climática e por guerras, a pressão sobre os preços das commodities tende a crescer e não pode significar a corrosão do poder de compra dos trabalhadores. Além de valorizar a renda do trabalho, é preciso aprofundar políticas que amenizem essa volatilidade, no caminho já iniciado com a isenção da cesta básica, a tarifa social de energia e o Gás do Povo.

80. A segurança alimentar precisa ser tratada também como questão de abastecimento, produção e desenvolvimento. É necessário fortalecer a CONAB, recuperar e aperfeiçoar instrumentos de estoques reguladores, apoiar a agricultura familiar, as cooperativas e as compras públicas de alimentos, além de melhorar as condições de armazenamento, transporte e distribuição. A articulação entre produção nacional e circuitos regionais de abastecimento pode reduzir vulnerabilidades, estimular economias locais e contribuir para preços mais acessíveis à população. A produção de alimentos deve ser prioridade no quarto mandato, combinando investimentos na agricultura familiar, mecanização e ganhos de produtividade no campo, abertura e diversificação de mercados e o uso

da ampla capacidade produtiva do país para reduzir a volatilidade dos preços que corrói o poder de compra dos trabalhadores.

81. O enfrentamento do endividamento das famílias exige avaliar os limites das medidas de renegociação de dívidas já adotadas e enfrentar seus fatores estruturais, especialmente os juros elevados e a pressão das apostas sobre os orçamentos domésticos.

82. A proteção do orçamento familiar envolve, além do preço dos alimentos, o enfrentamento de outras fontes de endividamento. A proibição do funcionamento das bets no Brasil, determinada pelo presidente Lula por meio da Medida Provisória nº 1.394/2026, representa uma proteção à renda das famílias e o enfrentamento aos danos provocados pelas apostas eletrônicas. Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), nas duas primeiras semanas completas de outubro, após a proibição, o consumo no varejo alimentar cresceu 6,5% e 6,3%, respectivamente, em comparação com os mesmos períodos de 2025.

83. A medida também responde a um grave problema de saúde pública: conforme dados apresentados pelo Ministério da Saúde, a procura por atendimento no SUS relacionada à ludopatia cresceu mais de 200% entre 2018 e 2026, enquanto a mortalidade por suicídio entre pessoas com transtorno do jogo é 15 vezes maior, segundo a Organização Mundial da Saúde. Ao enfrentar o endividamento, a dependência em jogos e seus impactos sobre a saúde mental e as relações familiares, a proibição das bets articula proteção social, saúde pública e preservação do orçamento doméstico. A manutenção da proibição das bets deve ser um ponto irrevogável de nosso partido, governo e base, entendendo que enfrentaremos lobby dos atores ligados ao setor.

84. A proteção da renda das famílias deve caminhar junto com uma estratégia de desenvolvimento produtivo para o país. O Brasil possui condições excepcionais para ocupar uma posição estratégica na nova economia mundial. Temos recursos naturais, capacidade científica, instituições públicas de pesquisa, um mercado consumidor expressivo e uma matriz energética com elevada participação de fontes renováveis.

85. Entretanto, essas vantagens não se transformarão automaticamente em desenvolvimento. A exploração de minerais críticos e terras raras, por exemplo, não pode reproduzir o modelo histórico de exportação de matérias-primas sem processamento industrial no território nacional.

86. O país precisa desenvolver cadeias produtivas capazes de transformar esses recursos em componentes industriais, baterias, equipamentos eletrônicos, tecnologias de armazenamento de energia e produtos de alto valor agregado.

87. A elaboração de um plano nacional de desenvolvimento deve articular o sistema nacional de inovação, a Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o Novo PAC e a política de produção agrícola, coordenando as diferentes áreas do governo e mantendo diálogo com trabalhadores, sindicatos, produtores rurais, empresários e movimentos sociais.

88. A transformação socioecológica deve orientar o desenvolvimento do Brasil, com geração de trabalho e renda, redução das desigualdades e proteção dos biomas. O combate ao racismo ambiental exige prioridade nos investimentos para as periferias e os territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, mais atingidos pela poluição e pelos desastres. Os compromissos brasileiros na

COP31 devem corresponder às ações do governo dentro do país, com orçamento, metas, fiscalização e participação popular.

89. Isso exige investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, formação profissional, infraestrutura e financiamento de longo prazo, além de parcerias com empresas e outros países que já estão avançados nessa questão. De forma soberana, estabelecer vínculos que tragam ganhos reais para nosso país, em especial no que tange ao desenvolvimento social.

90. O desenvolvimento produtivo deve incorporar uma política de ampliação da reforma agrária, com assentamento de famílias, destinação de terras públicas e improdutivas e fortalecimento do Programa Terra da Gente. A reforma agrária precisa estar associada a assistência técnica, crédito, infraestrutura, cooperativismo, agroindustrialização e comercialização, em articulação com a compra pública de alimentos e a alimentação escolar. Garantir terra para quem nela trabalha, com acesso à moradia, à energia e à educação no campo, é também uma estratégia de segurança alimentar, de geração de emprego e renda e de redução da volatilidade dos preços dos alimentos.

91. A Nova Indústria Brasil deve ser ampliada e diversificada, com prioridade para setores estratégicos como saúde, defesa, semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia, mobilidade sustentável, produção de alimentos e equipamentos para a transição energética. O BNDES tem papel fundamental em viabilizar esses investimentos com taxas acessíveis.

92. O plano de desenvolvimento deve fortalecer o complexo econômico e industrial da saúde, as cadeias de semicondutores e tecnologias estratégicas, a infraestrutura de pesquisa das universidades e institutos federais e a capacidade nacional de

inovação, para que a agregação de valor e a produção de conhecimento ocorram no Brasil.

93. A indústria criativa tem enorme potencial como pilar do desenvolvimento econômico e como fonte de novas perspectivas de trabalho, em especial para a juventude. É possível ampliar a formação profissional em games — setor regulamentado recentemente pelo presidente Lula —, audiovisual, design, moda, tecnologia digital, editoração e gastronomia, entre outras áreas, combinada com investimento tecnológico e crédito, em articulação com as políticas culturais, além de potencializar o turismo como forma de desenvolvimento regional. O PT defende avançar na regulamentação do streaming e na legislação sobre fandoms. Investir na cultura como estratégia de desenvolvimento é também reafirmar a soberania, a identidade nacional e a posição do Brasil no mundo.

94. Nesse contexto, defendemos a aceleração e o aprofundamento do caráter público e estratégico do desenvolvimento nacional, com o fortalecimento da Petrobras e a retomada do controle público da Eletrobras. Essas empresas devem estar a serviço da soberania energética, da política industrial, do desenvolvimento tecnológico, da geração de empregos e da transição ecológica, e não subordinadas prioritariamente à maximização da remuneração de acionistas. A política energética brasileira precisa combinar segurança de abastecimento, preços e tarifas socialmente justos, fortalecimento da capacidade nacional de refino, expansão da geração e transmissão de energia elétrica, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e planejamento de longo prazo para uma transição energética justa. A energia é um bem estratégico para a soberania nacional e um direito essencial da população, não podendo ser tratada exclusivamente como mercadoria.

95. A exploração responsável das reservas de petróleo da Margem Equatorial precisa ser debatida dentro de uma estratégia nacional que combine segurança energética, desenvolvimento regional, proteção ambiental e financiamento da transição para uma economia de baixo carbono.

96. A transição ecológica não pode reproduzir as desigualdades do capitalismo contemporâneo. O Brasil possui condições extraordinárias para construir um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente justo e tecnologicamente avançado. Isso exige proteger os biomas, enfrentar o desmatamento, fortalecer os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, promover a agricultura familiar e a segurança alimentar e garantir que os benefícios econômicos da transformação energética sejam apropriados pelo conjunto da sociedade.

97. A exploração de petróleo e minerais críticos deve respeitar o licenciamento ambiental, avaliar os impactos conjuntos dos empreendimentos e assegurar a consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades afetados, conforme a Convenção 169 da OIT. A destinação de receitas à transição energética deve ter metas claras e acompanhamento público, com proteção dos territórios e alternativas de trabalho e renda para as populações envolvidas.

98. A riqueza produzida a partir dos recursos naturais brasileiros deve beneficiar o conjunto da sociedade, especialmente as populações das regiões onde esses recursos são explorados.

99. O avanço da inteligência artificial, a necessidade de construção de uma IA brasileira, a automação e as plataformas digitais estão alterando profundamente as relações de trabalho. Esse processo oferece oportunidades de maior eficiência,

redução do esforço humano e ampliação da capacidade produtiva. Mas também apresenta riscos de desemprego, concentração de renda, precarização e aprofundamento das desigualdades. Os ganhos de produtividade decorrentes da inovação tecnológica devem ser compartilhados com os trabalhadores.

100. Isso significa investir em educação pública de qualidade, formação profissional permanente, qualificação tecnológica e criação de empregos com direitos, salários dignos e proteção social.

101. É preciso ampliar, fortalecer e inovar nas políticas de emprego, em especial para a juventude, já que o primeiro emprego é sempre o mais difícil e parte da desesperança dos jovens decorre de não se enxergarem no mercado de trabalho. Isso envolve articular políticas de estágio e de treinamento, incentivar a contratação no primeiro emprego e ampliar a formação técnica em carreiras de setores modernos e tecnológicos, integrada às demandas do mercado de trabalho e atenta às transformações promovidas pela inteligência artificial.

102. A distribuição dos ganhos de produtividade também deve se traduzir na redução da jornada de trabalho e na ampliação do direito ao tempo livre. Nesse sentido, o fim da escala 6x1, aprovado pelo Congresso Nacional sem redução salarial, constitui uma conquista histórica da classe trabalhadora. O partido assume o compromisso com a efetiva implementação dessa conquista e a fiscalização de seu cumprimento, para que a redução do tempo de trabalho represente uma melhoria concreta na qualidade de vida da população.

103. O desenvolvimento tecnológico deve permitir que as pessoas trabalhem menos, tenham mais tempo para suas famílias, para a educação, para a cultura e para a participação na vida comunitária.

104. O PT também deve atualizar sua atuação junto aos trabalhadores de aplicativos, profissionais autônomos, microempreendedores e demais segmentos que não se organizam necessariamente nos espaços sindicais tradicionais.

105. O PT deve construir suas propostas com os trabalhadores de aplicativos, autônomos e microempreendedores, considerando as diferenças entre quem escolhe empreender e quem trabalha por conta própria por falta de emprego. O registro como MEI não pode encobrir relações de emprego e retirar direitos. É necessário ampliar o acesso à Previdência, à proteção em caso de doença ou acidente e à remuneração justa. Nas plataformas, devem ser garantidas regras claras de pagamento e bloqueio, direito de contestação e condições de organização e negociação coletiva.

106. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores depende também do acesso aos serviços essenciais nas cidades. A tarifa zero no transporte público já é uma bandeira do Partido dos Trabalhadores. Lula assumiu o compromisso de implementar a gratuidade do transporte coletivo nos fins de semana, e o PT defende transformar esse compromisso em política pública efetiva e universal, em que essa etapa seja apenas o início da implementação gradual de um programa que beneficie todos cidadãos e cidadãs, assim como o SUS e o SUAS. A gratuidade aos fins de semana, já enviada pelo presidente Lula ao Congresso, deve ser implementada de forma progressiva e em parceria com estados e municípios.

107. O transporte coletivo é um serviço essencial. Seu custo representa uma parcela importante do orçamento das famílias trabalhadoras e constitui uma barreira ao acesso ao emprego, à educação, à saúde, à cultura e ao lazer. A gratuidade representa um aumento direto da renda disponível das famílias trabalhadoras, em especial da juventude e dos moradores das periferias.

108. Essa política precisa estar articulada à expansão dos sistemas ferroviários, metroviários e de ônibus, à integração entre diferentes modalidades de transporte e à redução das desigualdades territoriais.

109. A expansão da infraestrutura deve integrar mobilidade urbana, habitação, saneamento e equipamentos públicos. A retomada do Minha Casa, Minha Vida e o investimento em serviços urbanos precisam contribuir para reduzir desigualdades territoriais e melhorar a vida cotidiana da população. O Minha Casa, Minha Vida foi recriado e aprimorado, com uma nova faixa e recorde de investimento em moradia, mas o déficit habitacional segue um enorme desafio. É preciso continuar investindo em habitação, expandir e aprimorar o Reforma Casa Brasil, em parceria com as prefeituras, e avançar em uma política para reduzir a pressão especulativa sobre os aluguéis, que atinge sobretudo a juventude e atrasa sua emancipação.

110. A ampliação desses direitos exige, igualmente, que o partido renove seus meios de diálogo e organização junto à sociedade. As transformações no mundo do trabalho, nas relações sociais e nas tecnologias digitais modificaram profundamente a maneira como a população se informa, participa do debate público e constrói suas opiniões. O Partido dos Trabalhadores precisa atualizar seus métodos de comunicação e organização para responder a essa nova realidade, sem abandonar a mobilização territorial e os instrumentos tradicionais de participação política.

111. A campanha eleitoral de 2026 evidenciou a necessidade de enfrentar o poder das grandes plataformas e a sua manipulação dos algoritmos. Nesse sentido, é crucial que o PT fortaleça suas redes de WhatsApp para organizar a militância e estabelecer uma comunicação direta com a população. Esse instrumento deve integrar uma rede nacional de mobilização digital, articulada aos diretórios estaduais e municipais, com participação de filiados, parlamentares, movimentos

sociais, lideranças comunitárias e apoiadores. A divulgação das realizações do governo Lula deve ocupar lugar central nesse trabalho.

112. Essa renovação exige incorporar a experiência dos novos quadros políticos que conquistaram espaço nas redes sociais. A formação de comunicadores populares, a realização de oficinas digitais e o fortalecimento dos canais comunitários devem ampliar a autonomia e a capacidade de atuação da militância. A comunicação deve integrar permanentemente a organização política do PT.

113. A mobilização que marcou o segundo turno deve inspirar um método de governar baseado na participação social permanente. Conferências, conselhos e audiências públicas devem ser fortalecidos e complementados por consultas, instrumentos digitais de participação, mecanismos de democracia direta e diálogo contínuo com organizações da sociedade civil, para ampliar a influência popular sobre as decisões do governo.

114. Diante de um Congresso majoritariamente hostil ao programa de reformas, a simples governabilidade parlamentar, baseada na cessão de ministérios e espaços no governo, não dará conta dessa tarefa. A energia que tomou as ruas e as redes precisa contaminar o método de governar, para que o governo seja convocatório da participação das maiorias.

115. As formas de participação social construídas nos governos anteriores foram meritórias e eficazes, mas apresentam limites e certo envelhecimento. Sem abandoná-las, é preciso complementá-las com instrumentos como plebiscitos e referendos, que permitam a participação da cidadania e consolidem a expressão de maiorias capazes de pressionar as instituições a fazer avançar as reformas. Também é preciso dinamizar a participação de entidades da sociedade civil, nos

termos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em parcerias para a execução de políticas como as de cuidado de crianças e idosos, de forma mais eficiente e democrática. Ao PT cabe ser uma ponte permanente entre o governo, os partidos, os movimentos sociais e os diferentes setores da sociedade, mantendo viva a energia democrática que tomou conta do país nas eleições.

116. Defendemos uma política econômica comprometida com o crescimento, a distribuição de renda, a valorização do trabalho, a reindustrialização e a ampliação dos investimentos públicos. A responsabilidade fiscal deve continuar sendo construída a partir de critérios de justiça social, desenvolvimento econômico e progressividade tributária. Isso exige avançar na tributação das grandes fortunas, dos lucros e dividendos e das rendas mais elevadas, combater mecanismos de evasão fiscal e reduzir o peso desproporcional dos tributos sobre o consumo e sobre os rendimentos dos trabalhadores. As taxas de juros elevadas representam um poderoso mecanismo de transferência de recursos públicos para os detentores da dívida. O elevado patamar da taxa Selic amplia os custos da dívida pública, restringe o crédito, encarece os investimentos produtivos e compromete a capacidade de expansão econômica, geração de empregos e financiamento das políticas públicas. O Brasil precisa reduzir a taxa Selic, defendemos a revisão crítica dos mecanismos que subordinam a política econômica aos interesses do rentismo e o fortalecimento dos instrumentos públicos de financiamento do desenvolvimento econômico e social.

117. Lula sempre governou com responsabilidade fiscal. Apesar da reação do mercado com sua primeira eleição, governou por 8 anos com superávit primário. As elevadas taxas de crescimento, junto com a responsabilidade fiscal, asseguraram um ciclo sustentável de crescimento com distribuição de renda. Após a eleição de Lula em

2022, novamente, o mercado previu risco, e novamente, errou. A taxa de crescimento foi mais de duas vezes a prevista, a inflação ficou estável, e a mudança da regra fiscal permitiu a convergência dos resultados fiscais para uma trajetória de recuperação de superávit: gradualmente reduzindo o déficit deixado por Bolsonaro, projetando um superávit no orçamento do ano que vem.

118. O desenvolvimento nacional depende ainda de instituições democráticas capazes de garantir segurança, direitos e participação social. A segurança pública é uma das prioridades do quarto mandato do presidente Lula. Garantir a proteção da população é uma responsabilidade fundamental do Estado e uma condição para o pleno exercício dos direitos e da cidadania. O enfrentamento à violência, à criminalidade cotidiana e ao crime organizado exige uma política nacional de segurança pública capaz de proteger a vida, combater a impunidade e recuperar a presença do poder público nos territórios.

119. O combate aos roubos, furtos, homicídios e à receptação de produtos roubados deve estar associado ao enfrentamento das facções criminosas e das milícias, que espalham a violência e o medo, especialmente nas periferias. É necessário também desarticular as estruturas econômicas e financeiras do crime organizado, incluindo a lavagem de dinheiro e a utilização de empresas e instituições financeiras para movimentar recursos ilícitos, inclusive no mercado financeiro da Faria Lima, em São Paulo.

120. A PEC da Segurança Pública, encaminhada pelo governo Lula e aprovada pelo Congresso Nacional, é um avanço na coordenação nacional do enfrentamento ao crime organizado, antes uma responsabilidade apenas dos Estados. A criação do Ministério da Segurança Pública fará a integração entre União, estados e municípios. Assim como é importante o fortalecimento da Polícia Federal, da

Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Civis e das Polícias Militares, com ampliação dos investimentos em inteligência, investigação, tecnologia, equipamentos, formação e valorização dos profissionais de segurança pública. A medida permitirá definir os papéis dos três entes federativos e a colaboração com inteligência e força, para combater o crime e devolver os territórios às famílias.

121. O Diretório Nacional do PT defende uma atuação integrada das forças policiais da União e dos estados, com compartilhamento de informações, planejamento conjunto e respeito às competências de cada instituição. Defende, ainda, a criação de uma Guarda Nacional, conforme proposta apresentada pelo presidente Lula, com estrutura permanente e capacidade de atuação em operações estratégicas de enfrentamento às facções criminosas e às milícias, contribuindo para recuperar o controle dos territórios dominados pelo crime organizado e garantir a segurança da população.

122. A população das periferias tem direito à segurança e à proteção do Estado. Ninguém pode ser tratado como suspeito por sua cor, condição social ou pelo lugar onde mora. O combate ao crime organizado deve alcançar seus financiadores, negócios e relações com o poder público. A política de segurança deve investir em inteligência, investigação, prevenção e valorização dos profissionais, com respeito aos direitos humanos, controle democrático e responsabilização por abusos. Sua execução não pode aprofundar a violência contra a juventude negra nem criminalizar os movimentos sociais.

123. A atuação do Estado para reduzir desigualdades e assegurar direitos depende também de instrumentos de planejamento e de uma distribuição democrática dos recursos públicos. Nesse sentido, a crescente concentração de recursos em emendas parlamentares prejudica o planejamento do Executivo, fragmenta a

execução orçamentária e dificulta a aplicação dos recursos conforme as prioridades nacionais, as necessidades regionais e critérios transparentes de interesse público. Além de retirar do Executivo capacidade sobre o orçamento, o volume de emendas descaracteriza a vinculação dos recursos às conquistas do governo federal.

124. O Diretório Nacional do PT defende uma revisão profunda desse modelo, com redução progressiva dos recursos destinados às emendas, fortalecimento da transparência e da fiscalização e ampliação da participação democrática na definição das prioridades orçamentárias. Trata-se de recuperar a capacidade do Estado de coordenar políticas públicas e promover o desenvolvimento nacional, assegurando que os recursos públicos atendam às necessidades da população.

125. A revisão das emendas parlamentares deve caminhar junto com o fortalecimento de mecanismos de orçamento participativo, para que a definição das prioridades de investimento público envolva diretamente a população e respeite um planejamento nacional transparente.

126. Defendemos uma reforma política, que fortaleça os partidos políticos e os projetos coletivos de disputa da sociedade. Traga mais transparência e representatividade para diminuir a distância entre representantes e representados. O PT defende o voto proporcional ao parlamento (em oposição a qualquer formato de voto distrital) e em lista partidária, que deve fazer parte de um amplo debate com a base do partido, discutindo cotas de gênero, de raça e regras para renovação, e estímulo à democracia interna com participação direta dos filiados.

127. Defendemos uma ampla reforma democrática do Estado, abrangendo o sistema político, eleitoral, administrativo e de justiça. A reforma política deve enfrentar a influência do poder econômico nas eleições, fortalecer os partidos programáticos,

ampliar a representação de mulheres, negros e negras, indígenas e trabalhadores, aperfeiçoar os mecanismos de financiamento público e assegurar maior participação popular nas decisões. É necessário também enfrentar as distorções produzidas pela fragmentação partidária e pelo crescente poder de setores do Congresso Nacional sobre a execução orçamentária, estabelecendo critérios de transparência, planejamento, controle público e responsabilidade institucional.

128. O novo governo Lula terá como uma de suas tarefas centrais a reforma do sistema político brasileiro, com o objetivo de aprofundar a democracia e fortalecer a confiança da população nas instituições. A defesa da República e a proteção do regime democrático contra ataques autoritários exigem que o povo se sinta efetivamente representado e que o sistema político seja capaz de refletir a diversidade e a soberania popular. A reforma política e eleitoral é considerada inadiável para ampliar a representatividade do Congresso Nacional, fortalecer partidos programáticos e garantir igualdade de oportunidades para mulheres, pessoas negras, indígenas e demais segmentos historicamente sub-representados. Ao mesmo tempo, é necessário reduzir a influência do poder econômico sobre as eleições, aperfeiçoar mecanismos de transparência no exercício dos mandatos e enfrentar distorções que comprometem o interesse público, como o atual sistema de emendas parlamentares. A democratização do sistema político também depende da regulação das plataformas digitais, de critérios mais justos na distribuição de recursos públicos e tempo de propaganda, e da ampliação da acessibilidade diante das mudanças demográficas do país. Por fim, uma reforma abrangente deve ser construída com participação popular, por meio de uma grande conferência nacional capaz de mobilizar a sociedade e orientar mudanças estruturais no sistema político brasileiro. (Brasil pronto para mais! Cadernos do

Futuro do Brasil, p.22) Um sistema que produz um Congresso fragmentado e dependente de recursos sem controle precisa mudar. O PT deve liderar a discussão sobre financiamento, fortalecimento dos partidos, voto em lista fechada com paridade de gênero e cotas étnico raciais e representação mais fiel à vontade popular, portanto contra as propostas de voto distrital. Esta é tarefa urgente, dado que o Centrão, através do Presidente da Câmara dos Deputados apresentou projeto a favor do voto distrital.

129. Precisamos, no âmbito da reforma política, reformar o sistema de emendas parlamentares, que são hoje uma captura do orçamento público por parlamentares, que distanciam a aplicação dos recursos aos projetos de país. Em contrapartida, defendemos a ampliação do orçamento participativo, como forma popular e democrática de aplicação de recursos. É preciso aprofundar a democracia, enfrentar desigualdades históricas e garantir que o desenvolvimento do Brasil se traduza em melhores condições de vida para sua população.

130. O fortalecimento do Estado democrático exige, igualmente, instituições de Justiça independentes, transparentes e submetidas aos mecanismos de controle previstos na Constituição. A crise de confiança em setores do sistema de Justiça torna necessário retomar o debate sobre uma nova reforma do Judiciário, mais de duas décadas após a reforma conduzida pelo primeiro governo Lula, que criou o Conselho Nacional de Justiça.

131. O PT defende uma reforma que preserve a independência judicial, amplie a transparência e os mecanismos de controle institucional, combata privilégios e aproxime a Justiça da população. Essa agenda deve incluir a discussão sobre mandatos com prazo determinado para ministros do Supremo Tribunal Federal, com regras claras de indicação e transição, sem comprometer a autonomia da

Corte e seu papel fundamental na defesa da Constituição e da democracia, como demonstrado diante das ameaças golpistas de 8 de janeiro de 2023.

132. A reforma do sistema de Justiça deve enfrentar a morosidade, os supersalários, os penduricalhos e os benefícios incompatíveis com o teto constitucional, fortalecer o controle institucional e social e recuperar a experiência de modernização iniciada com a criação do Conselho Nacional de Justiça. Esse processo deve ser conduzido em amplo diálogo com a sociedade: o sistema de justiça estará tanto mais fortalecido quanto mais próximo estiver das necessidades da população.

133. O fortalecimento do Estado requer uma reforma administrativa voltada à qualidade dos serviços públicos, à valorização e formação dos servidores, à realização regular de concursos, à transformação digital e ao combate a privilégios, sem precarizar carreiras nem enfraquecer as políticas públicas. Uma reforma administrativa a serviço do povo deve combater os supersalários acima do teto constitucional, reestruturar e simplificar as carreiras, institucionalizar a realização periódica de concursos públicos, simplificar o acesso aos serviços públicos e ampliar a transparência e a participação social na gestão pública, em contraposição às propostas que, sob o pretexto da eficiência, buscam precarizar o funcionalismo e desmontar as políticas públicas.

134. Defendemos a regulação democrática das big techs, para reafirmação da soberania do Brasil. Avançamos em algumas frentes, como o ECA-Digital, mas o ambiente digital brasileiro ainda é extremamente desregulado e, como vimos, vulnerável à manipulação de big techs. Precisamos construir uma agenda com amplo diálogo com a sociedade civil, pesquisadores, movimentos sociais para construir uma regulação democrática. Vamos enfrentar a dependência tecnológica e a concentração de poder das grandes plataformas, assegurando que essas

transformações estejam a serviço da democracia, do desenvolvimento nacional e dos direitos da população. Vamos construir uma estratégia nacional de soberania digital e tecnológica, com investimentos em ciência, inteligência artificial e tecnologias nacionais, proteção de dados e democratização do acesso digital.

135. Defendemos uma política nacional de soberania digital que combine regulação democrática das plataformas, proteção de dados pessoais, desenvolvimento científico e tecnológico, infraestrutura pública de comunicação e redução da dependência de empresas estrangeiras. O Brasil precisa ampliar sua capacidade de desenvolver tecnologias próprias, sistemas públicos de informação, serviços digitais estratégicos e instrumentos nacionais de armazenamento e processamento de dados. A inteligência artificial, as tecnologias de comunicação e os sistemas digitais devem estar subordinados ao interesse público, à proteção dos trabalhadores e à democratização do conhecimento. A construção de infraestruturas digitais nacionais, públicas e submetidas ao controle democrático da sociedade constitui uma dimensão estratégica da soberania brasileira. Não podemos aceitar que funções essenciais do Estado, informações sensíveis da população e instrumentos fundamentais da vida econômica permaneçam integralmente dependentes de decisões tomadas por grandes corporações internacionais. Essa agenda deve articular universidades, empresas públicas, centros de pesquisa, trabalhadores da tecnologia e iniciativas de inovação comprometidas com o desenvolvimento nacional. O PT precisa compreender, também, que a disputa das redes sociais não se resolve exclusivamente por meio de investimentos em publicidade ou pela reprodução das linguagens dominantes das plataformas. A comunicação política deve ser compreendida como parte da organização popular, articulando presença digital, formação política, produção de

conteúdo, redes territoriais e participação militante. Precisamos desenvolver instrumentos próprios de comunicação, fortalecer os comunicadores populares e construir uma presença permanente nos ambientes digitais, capaz de disputar valores e projetos de sociedade sem abandonar a profundidade e a qualidade do debate político.

136. A agenda de desenvolvimento e fortalecimento institucional precisa incorporar, igualmente, os desafios da crise climática.

137. A crise climática é um dos maiores desafios da humanidade e exige transformações profundas nos padrões de produção, consumo e desenvolvimento econômico. Seus efeitos já são sentidos em todo o mundo, com o aumento de eventos extremos, secas, enchentes e desastres ambientais que atingem de maneira mais severa as populações pobres e vulneráveis. O enfrentamento dessa realidade exige cooperação internacional, financiamento climático e políticas públicas capazes de conciliar proteção ambiental, desenvolvimento econômico e justiça social.

138. O Brasil ocupa uma posição estratégica nesse debate. A dimensão de seu território, a riqueza de sua biodiversidade, a importância da Amazônia para o equilíbrio climático global, sua capacidade de produção de energia renovável e seu potencial científico e tecnológico conferem ao país condições para exercer um papel de liderança na construção de uma economia sustentável. A realização da COP30 em Belém, em 2025, e a participação ativa do presidente Lula nas negociações internacionais reafirmaram o protagonismo brasileiro na defesa do multilateralismo, da preservação ambiental e de uma transição energética justa.

139. O Diretório Nacional do PT defende que a transição energética seja parte de um novo projeto nacional de desenvolvimento, orientado pela soberania, pela

reindustrialização, pela geração de empregos de qualidade e pela redução das desigualdades. Isso exige ampliar os investimentos em energia solar, eólica, biomassa, biocombustíveis e outras fontes renováveis, fortalecer a pesquisa científica, desenvolver tecnologias nacionais e estimular cadeias produtivas capazes de gerar riqueza e agregar valor à produção brasileira.

140. A transição para uma economia de baixo carbono deve ocorrer de forma planejada, com redução progressiva da dependência dos combustíveis fósseis, segurança energética e mecanismos de financiamento que permitam ao Brasil aproveitar suas riquezas naturais de maneira responsável. O PT defende que os recursos gerados pelos setores estratégicos da economia contribuam para financiar a diversificação da matriz energética, a inovação tecnológica e a construção de uma infraestrutura sustentável, assegurando que os benefícios desse processo sejam compartilhados pela sociedade. Devem ser ampliados os mecanismos de financiamento sustentável criados no atual governo, como o Mercado Regulado de Carbono, os títulos soberanos sustentáveis e o EcoInvest, para aumentar a capacidade de atração de capital.

141. O partido defende, ainda, a criação e a ampliação de mecanismos de financiamento e remuneração das populações que vivem em áreas de preservação ambiental, especialmente na Amazônia, reconhecendo seu papel na proteção das florestas e da biodiversidade. Preservar o meio ambiente também deve significar garantir renda, direitos e melhores condições de vida às comunidades que contribuem diretamente para sua conservação.

142. O PT defende um processo justo e inclusivo, que assegure proteção social, qualificação profissional, geração de empregos com direitos e oportunidades para os trabalhadores e as comunidades afetadas pelas mudanças nos setores

produtivos. A expansão das energias renováveis deve contribuir para reduzir a pobreza energética, universalizar o acesso à energia de qualidade e diminuir os custos para as famílias de menor renda. Não haverá justiça climática se os custos da transformação econômica recaírem sobre os trabalhadores e os mais pobres.

143. A proteção dos biomas brasileiros deve estar articulada ao desenvolvimento regional, à bioeconomia e aos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Essa política exige participação social, respeito aos territórios e apoio a atividades econômicas sustentáveis, construídas com essas populações.

144. A justiça climática exige, ainda, ampliar os investimentos em prevenção de desastres, sistemas de alerta, adaptação das cidades, saneamento, infraestrutura resiliente e recuperação de áreas degradadas.

145. O compromisso com uma transição justa se articula à tarefa mais ampla de enfrentar as desigualdades sociais. O quarto mandato de Lula deve aprofundar o compromisso com a redução das desigualdades sociais, raciais, regionais e de gênero, fortalecendo os serviços públicos e ampliando o acesso aos direitos fundamentais. A defesa do SUS, da educação pública, da assistência social, da previdência e dos direitos trabalhistas deve permanecer no centro da atuação do PT, com prioridade à ampliação dos serviços de saúde, inclusive saúde mental, à educação em tempo integral, à valorização dos profissionais e ao fortalecimento das universidades e institutos federais.

146. A universalização das creches e a expansão da escola em tempo integral devem ser prioridades, com investimentos em infraestrutura, formação profissional e integração de atividades educacionais, culturais e esportivas. A ampliação das

creches também é uma política de autonomia econômica das mulheres e de apoio às famílias trabalhadoras. A universalização da creche equivale, para as mães trabalhadoras, a uma reforma da renda ou à redução da jornada de trabalho. A oferta de vagas em tempo integral já avançou, com investimentos em infraestrutura escolar que hoje atingem 91% dos municípios, e deve seguir com metas de implementação até a universalização.

147. Na saúde, o programa Agora Tem Especialistas deve ser consolidado e ampliado, com redução das filas para consultas, exames e cirurgias, fortalecimento da atenção primária e medidas para formar e fixar especialistas nas diferentes regiões do país. O programa já ampliou a oferta de consultas, exames e cirurgias especializadas no SUS, mobilizando também a capacidade da rede privada e filantrópica e levando atendimento a regiões onde ele não chegava; o objetivo é que nenhum brasileiro precise esperar meses por um diagnóstico ou tratamento.

148. O PT defende o esporte e a cultura como direitos e instrumentos de inclusão social, com ampliação de equipamentos esportivos nas periferias e escolas, fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e garantia de acesso à produção cultural em todo o território nacional. O Ministério da Cultura foi recriado e o setor recebeu os maiores investimentos de sua história, por meio das leis de fomento. O Sistema Nacional de Cultura deve ser consolidado com repasses regulares e permanentes a estados e municípios, democratizando o acesso à produção e à fruição cultural nas periferias, no interior e entre a juventude. No esporte, é preciso investir também na formação de profissionais e na gestão esportiva, integrando a infraestrutura esportiva à educação em tempo integral.

149. As novas gerações enfrentam dificuldades de acesso ao primeiro emprego, precarização do trabalho, insegurança econômica e altos custos de moradia. O PT

deve fortalecer a Juventude do PT e ampliar sua presença nas escolas, universidades, periferias, espaços culturais e ambientes digitais, assegurando aos jovens participação efetiva nas decisões partidárias, na elaboração programática e na formação de novas lideranças. As políticas para a juventude devem ter prioridade máxima no governo, com um olhar especial em todas as áreas — emprego, desenvolvimento, tecnologia, educação, saúde, cultura, esporte e igualdade —, ouvindo os anseios da geração que se mobilizou nesta eleição. O governo deve começar pensando não só no Brasil dos próximos 4 anos, mas no Brasil dos próximos 40 anos, do qual essa nova geração será protagonista, como foi das ruas.

150. O PT reafirma seu compromisso com a igualdade salarial, a autonomia econômica, a ampliação da representação política feminina e o enfrentamento à violência doméstica, ao feminicídio, ao assédio e à violência política de gênero. É necessário fortalecer as redes de proteção e atendimento às mulheres e ampliar as políticas públicas de cuidado, reconhecendo a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado que recai sobre elas. O governo recriou o Ministério das Mulheres, aprovou a Lei da Igualdade Salarial entre mulheres e homens e lançou o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; é preciso fortalecer os serviços especializados e garantir a efetiva aplicação da igualdade salarial.

151. O combate ao racismo estrutural exige fortalecer as ações afirmativas, valorizar a cultura afro-brasileira e enfrentar as desigualdades e a violência que atingem especialmente a população negra e a juventude das periferias. O PT reafirma a defesa dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais, bem como da população LGBTQIA+, combatendo todas as formas de discriminação e assegurando igualdade de oportunidades. O governo criou o

Ministério da Igualdade Racial, renovou e aprimorou a Lei de Cotas no ensino superior, ampliou as cotas raciais nos concursos públicos e lançou o Plano Juventude Negra Viva. O enfrentamento ao racismo deve atravessar todas as políticas de governo, com prioridade para a redução da violência letal contra a juventude negra, a promoção da igualdade no mercado de trabalho, a titulação dos territórios quilombolas e o enfrentamento ao racismo religioso e institucional.

152. O envelhecimento da população exige ampliar as políticas de saúde, cuidado, acessibilidade e proteção previdenciária, garantindo dignidade e participação social às pessoas idosas. O PT defende o fortalecimento da previdência pública e dos benefícios sociais, além de políticas que assegurem às pessoas com deficiência educação inclusiva, mobilidade, acessibilidade, trabalho e proteção social.

153. A política nacional de cuidados deve articular saúde, acessibilidade, trabalho, previdência, esporte, lazer e proteção social, com atenção ao envelhecimento da população, às pessoas com deficiência e às famílias que assumem responsabilidades intensivas de cuidado, inclusive mães atípicas. A criação do Plano Nacional de Cuidados foi um avanço, mas sua implementação precisa de um passo mais robusto, com prioridade para os idosos e o envelhecimento saudável.

A RENOVAÇÃO DO PT E A CONSTRUÇÃO DE SEU FUTURO

154. O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores convoca a segunda etapa do 8º Congresso Nacional do PT para os dias 22 a 26 de setembro de 2027, precedida das etapas estaduais, que deverão ocorrer entre 30 de abril e 10 de agosto de 2027. O Congresso terá como pautas o Programa Partidário, a organização partidária e a reforma estatutária, a conjuntura internacional e nacional e a Fundação Perseu Abramo. Os Grupos de Trabalho constituídos para a preparação da primeira etapa

deverão ser reativados a partir da aprovação desta resolução. Os Diretórios Municipais deverão organizar debates preparatórios antes da realização das respectivas etapas estaduais. Todos os diretórios, setoriais e núcleos são convocados a organizar um amplo processo de discussão e participação nas bases, ouvindo a militância que já estava no partido e a que está chegando agora. O 8º Congresso será um momento decisivo para a organização do PT e para sinalizar à sociedade qual partido queremos ser pelos próximos 40 anos.

155. O processo de realização do 8º Congresso Nacional do PT deve constituir uma oportunidade de atualização política, programática e organizativa do partido. Sua preparação precisa envolver um amplo processo de popularização, formação política, escuta e debate nas bases, com participação dos diretórios, setoriais, núcleos, filiados e militantes. O processo preparatório deve estimular a discussão sobre o projeto de sociedade, a estratégia partidária, a organização da classe trabalhadora, a democracia interna e os desafios do próximo período. Essas atividades devem estar articuladas ao calendário formal do Congresso, respeitando as etapas estaduais previstas entre 30 de abril e 10 de agosto de 2027 e a etapa nacional de 22 a 26 de setembro de 2027. O objetivo é assegurar que as deliberações nacionais sejam resultado de um processo amplo e efetivo de participação partidária.

156. O PT possui uma estrutura nacional construída ao longo de décadas de luta. O desafio é transformar essa capilaridade em presença política permanente, assegurando o funcionamento efetivo dos diretórios estaduais, municipais e zonais. Essas instâncias devem realizar reuniões regulares, estimular o envolvimento dos filiados, promover formação política, organizar atividades nos bairros e atuar nas lutas locais. Também devem incorporar as redes sociais e os

grupos de WhatsApp como instrumentos permanentes de comunicação, organização e mobilização, ampliando o diálogo com a população e articulando a atuação digital ao trabalho nos territórios. A mobilização da militância não pode ficar restrita aos períodos eleitorais: precisa fazer parte da vida cotidiana do partido, fortalecendo seus vínculos com a população.

157. O PT não nasceu para ser apenas uma máquina eleitoral. Nasceu da organização sindical, dos movimentos populares, das comunidades, da luta contra a ditadura e da compreensão de que a classe trabalhadora precisava construir seu próprio instrumento político. Nossa presença institucional é uma conquista histórica, mas não pode substituir a organização popular que tornou essa conquista possível. Precisamos enfrentar a tendência à parlamentarização da vida partidária, na qual mandatos, estruturas institucionais e disputas eleitorais passam a ocupar quase integralmente o centro das decisões, reduzindo o espaço da militância, da formação política e da elaboração coletiva. Defendemos a recuperação da centralidade dos núcleos de base, dos diretórios municipais, dos setoriais e dos espaços permanentes de organização territorial. Precisamos construir um partido que funcione cotidianamente nos bairros, nas periferias, nas universidades, nos locais de trabalho e nas comunidades, e não apenas durante os períodos eleitorais. A organização partidária deve estar vinculada às necessidades concretas da população, às lutas sociais e à capacidade de transformar demandas individuais em ação política coletiva.

158. Assim como defende um governo mais aberto ao diálogo e permeável aos anseios da juventude, o PT também precisa se abrir, desburocratizar suas estruturas e ampliar seus espaços para aproximar essa juventude. Para isso, deve priorizar a estratégia de nucleação e manter mobilização permanente em torno das pautas

importantes para o governo e para o partido, em conjunto com os movimentos sociais e os sindicatos. Núcleos fortalecidos aumentam a permeabilidade do partido a novos filiados, em especial jovens, ampliam a participação nas decisões partidárias e fortalecem a organização territorial.

159. O partido deve iniciar desde já a preparação das eleições municipais de 2028, fortalecendo a organização territorial, a formação de novas lideranças e a ampliação da representação nos legislativos municipais.

160. A preparação do PT para as eleições municipais de 2028 deve estar integrada a um processo permanente de reconstrução de sua presença social e territorial. Isso exige fortalecer os vínculos com bairros, comunidades, locais de trabalho, estudo e moradia, ampliar o diálogo com organizações populares e desenvolver novas formas de participação política. A formação de lideranças e a renovação dos quadros devem fazer parte desse processo. A comunicação partidária também precisa ser permanente, articulando os meios digitais, as redes sociais, a comunicação popular e a presença direta nos territórios. A disputa eleitoral deve expressar esse trabalho contínuo de organização, escuta e participação, e não se limitar ao período das campanhas.

161. A atualização do Estatuto do PT deve fortalecer a democracia interna, a transparência, as instâncias coletivas de decisão e a participação dos filiados. A reforma também deve valorizar as instâncias municipais, aperfeiçoar a articulação entre as instâncias partidárias e ampliar os mecanismos de renovação de quadros e representação dos diferentes segmentos sociais.

162. A reforma estatutária deve debater mecanismos efetivos de renovação das direções partidárias, inclusive limites à sucessão de mandatos, e ampliar os espaços

de consulta e participação direta da militância. A renovação deve significar também abertura às novas gerações e atualização das práticas de organização.

163. A renovação do PT exige um novo método de direção, baseado na democracia interna, na participação efetiva das bases e na responsabilidade coletiva das instâncias partidárias. É necessário fortalecer os espaços de debate e decisão, ampliar a participação dos filiados e garantir maior integração entre as instâncias municipais, estaduais e nacional. A formação política deve ser permanente e contribuir para a preparação de militantes e dirigentes capazes de compreender as transformações da sociedade e os desafios contemporâneos. Esse processo deve valorizar a experiência acumulada, assegurar a renovação geracional e ampliar a presença das novas gerações nos espaços de elaboração, direção e decisão partidária. A construção do futuro do PT não pode ser reduzida aos ciclos eleitorais ou à sucessão de lideranças. Exige a continuidade e a atualização de um projeto político coletivo, capaz de dialogar com as transformações da sociedade e representar a diversidade da classe trabalhadora. Isso pressupõe democracia interna, formação política, renovação partidária, presença territorial e organização social permanente.

164. A renovação do PT deve contar com formação, recursos, apoio às candidaturas e participação de novas lideranças nas decisões. A Comissão Executiva Nacional deverá apresentar ao Diretório Nacional, em até 90 dias, um plano construído com as direções estaduais e municipais, a juventude e os setoriais, com metas, responsáveis e acompanhamento dos resultados. As lideranças experientes devem contribuir para a formação de novos quadros e compartilhar espaços de decisão e responsabilidades.

165. Nossa tarefa é organizar a disputa do horizonte de desenvolvimento do Brasil e do horizonte ideológico da sociedade brasileira. Isso passa pela participação da formulação e atuação do governo, mas também pela organização do PT enquanto o principal instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira. Para isso, precisamos oxigenar nossas estruturas, combater práticas de aproveitamento pessoal da estrutura partidária, e priorizar o PT sobre os mandatos.

166. Os mandatos são fundamentais para o partido. O PT tornou-se o que é porque disputa concretamente a sociedade, disputa eleições e poder, ocupa espaços e faz política para transformar materialmente a vida do povo. Sem seus mandatos, não teria a atuação e a capilaridade que tem, nem a mesma capacidade de dar sustentação ao governo Lula e de se fortalecer nos territórios. Mas os mandatos não podem se sobrepor ao partido. O PT não é um somatório de projetos individuais; é um projeto coletivo, e cabe aos mandatos contribuir com ele. É preciso oxigenar as estruturas partidárias, combater práticas de aproveitamento pessoal da estrutura do partido e priorizar o PT sobre os mandatos.

167. É necessário fortalecer a relação entre governo, partido e movimentos sociais, reconhecendo as responsabilidades e a autonomia de cada um. Cabe ao governo implementar políticas públicas e conduzir a administração do Estado; ao PT, formular propostas, organizar a ação política, representar interesses sociais e disputar os rumos do país; e aos movimentos sociais, construir suas pautas, organizar suas bases e desenvolver suas formas próprias de mobilização. Essa relação deve ser baseada no diálogo, na cooperação e na unidade de ação, respeitando a autonomia do partido e dos movimentos sociais. O fortalecimento do PT depende de sua capacidade de manter identidade própria, autonomia política e vínculo permanente com a classe trabalhadora. Essa organização precisa

considerar as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho. É necessário ampliar a capacidade de representação e organização dos trabalhadores formais e informais, terceirizados, precarizados, autônomos e trabalhadores por aplicativos, considerando também as novas formas de contratação e de inserção profissional. O PT deve fortalecer sua relação com sindicatos, movimentos populares e organizações sociais, contribuindo para a construção de espaços permanentes de diálogo, organização e unidade de ação.

168. A renovação partidária também envolve a articulação programática com outras forças do campo democrático e popular. A fragmentação do sistema partidário brasileiro dificulta a construção de maiorias parlamentares estáveis, enfraquece a identidade programática das legendas e compromete a aprovação de políticas públicas estruturantes.

169. Nesse contexto, o PT defende a ampliação da Federação Brasil da Esperança, formada pelo PT, PCdoB e PV, como ponto de partida para a construção de uma ampla federação de esquerda, incorporando o PSOL, a Rede, o PSB e o PDT. Mais do que uma aliança eleitoral, essa articulação deve constituir um projeto político e programático comum, reunindo partidos comprometidos com a democracia, a justiça social, a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores, com atuação permanente e capacidade de fortalecer a representação da esquerda no Congresso Nacional e na sociedade.

170. Se é verdade que o PT jamais venceria esta eleição sozinho, e tampouco pretendeu fazê-lo, é igualmente verdadeiro que essa vitória não teria sido possível sem o partido. Nossa força militante, capacidade de organização e enraizamento popular que ajudaram a tornar possíveis as mobilizações simultâneas em mais de 3 mil cidades na véspera da eleição, além de garantir a capilaridade e a potência da

mobilização política nas ruas e nas redes. A vitória foi fruto de uma ampla construção coletiva, mas nela o PT desempenhou um papel decisivo e insubstituível.

171. O PT precisa recuperar e ampliar sua tradição de formação política, articulando sua experiência histórica aos desafios contemporâneos, como a economia digital, a inteligência artificial, as mudanças climáticas, as novas relações de trabalho e as transformações da democracia.

172. É fundamental desenvolver uma política permanente de formação de dirigentes municipais, comunicadores populares, lideranças comunitárias e jovens militantes, fortalecendo a renovação dos quadros e a capacidade de organização e formulação política do partido.

173. Defendemos a construção de um projeto nacional de formação política permanente, descentralizado e articulado às lutas sociais. Esse projeto deve combinar o estudo da história do movimento operário, do socialismo, do marxismo, das experiências democráticas e populares, da formação social brasileira e dos desafios contemporâneos com metodologias de educação popular, experiências práticas de organização e elaboração coletiva de alternativas políticas. Precisamos formar dirigentes capazes de compreender as transformações do capitalismo, interpretar os conflitos sociais, organizar comunidades, conduzir debates, construir consensos e formular projetos para o país. A formação de quadros não pode estar subordinada exclusivamente à preparação de candidaturas ou ao preenchimento de cargos públicos. Seu objetivo deve ser desenvolver a capacidade coletiva de direção política da classe trabalhadora. O PT deve assumir a responsabilidade de formar uma nova geração de dirigentes nacionais, estaduais e municipais, valorizando a diversidade regional, racial, geracional e de gênero. Isso

exige investir na juventude, fortalecer os movimentos sociais, criar oportunidades de participação nas instâncias partidárias e estabelecer processos de acompanhamento e formação continuada. A renovação política não acontecerá espontaneamente, nem será resolvida pela substituição de nomes nas direções. Ela depende de um esforço consciente de organização, formação e democratização do poder. A relação com os sindicatos e movimentos sociais também precisa ser fortalecida. As transformações do mundo do trabalho, a expansão da informalidade, a precarização e a fragmentação das relações laborais impõem desafios à organização da classe trabalhadora. Precisamos contribuir para a construção de novas formas de representação coletiva, capazes de dialogar com trabalhadores de aplicativos, terceirizados, informais, profissionais do cuidado, juventudes trabalhadoras e setores que historicamente estiveram afastados das estruturas tradicionais de organização sindical.

174. A formação de novas lideranças integra o desafio de preparar o partido para os próximos ciclos políticos. O maior compromisso do PT com seu legado é transformar a experiência acumulada em força política coletiva, capaz de formar novas lideranças e assegurar a continuidade do projeto democrático e popular. A eleição de 2026 foi a última disputa presidencial com Lula nas urnas. Isso impõe ao partido a responsabilidade de preparar, desde agora, uma nova etapa de sua história, sem antecipar disputas sucessórias nem diminuir o papel político de sua principal liderança.

175. O 8º Congresso do PT será um momento decisivo para a organização do PT, e para sinalizar para a sociedade qual partido queremos ser pelos próximos 40 anos.

176. O PT surgiu para que os trabalhadores pudessem intervir na vida social e política do Brasil, com a convicção de que a democracia é uma conquista que se constrói

com as próprias mãos. Foi o partido que ajudou a derrotar a ditadura, elegeu o primeiro operário presidente da República e uma ex-guerrilheira como a primeira mulher presidenta, acabou com a fome no Brasil, combinou pela primeira vez democracia, crescimento e distribuição de renda, levou os filhos da classe trabalhadora à universidade, fez a primeira reforma da renda combatendo privilégios e acabou com a escala 6x1, entre muitas outras transformações. Novamente, fez história ao reeleger Lula pela quarta vez, na primeira virada do primeiro para o segundo turno em uma eleição presidencial no Brasil.

177. O futuro de Lula e do Brasil é o PT. É com um PT forte, aberto, enraizado e renovado que esse futuro será construído. Quem conquistou tanto até aqui certamente pode conquistar muito mais. O partido fará, com Lula, o melhor governo da história do país, e fará do futuro do PT um partido ainda maior que sua gigantesca história, capaz de seguir transformando os rumos do Brasil pelas próximas décadas, com os aprendizados do passado e a capacidade de se renovar para os desafios do futuro.

178. A geração que fundou o PT nos ensinou que a classe trabalhadora não estava condenada a esperar que outros falassem em seu nome. Poderia construir seu próprio instrumento político, disputar o poder e transformar o Brasil. Agora, cabe às novas gerações garantir que essa extraordinária construção coletiva continue viva, democrática, popular e capaz de responder aos desafios de um novo tempo. A maior homenagem que podemos prestar à militância que elegeu Lula é construir um partido à altura da esperança que ela colocou nas ruas. Um partido que organize o povo para além das eleições, que dispute os rumos do governo e da sociedade, que forme novas lideranças, que enfrente os privilégios e que preserve a convicção de que a democracia só se realiza plenamente quando acompanhada de justiça social, soberania e participação popular. O futuro do PT, da esquerda e

do Brasil não será determinado apenas pelas decisões tomadas nos palácios, nos parlamentos ou nas direções partidárias. Será construído pela capacidade de milhões de brasileiros e brasileiras de continuar organizados, conscientes de seus direitos e dispostos a lutar por um país soberano, democrático e socialista. A vitória de Lula nos deu uma oportunidade histórica. Cabe a nós transformá-la em um novo ciclo de conquistas. Porque a história não avança por inércia, os direitos não estão assegurados para sempre e nenhuma transformação profunda acontece sem organização e luta coletiva. O PT nasceu da compreensão de que a classe trabalhadora pode ser sujeito de sua própria história. É essa convicção que precisamos renovar, não para conservar aquilo que fomos, mas para construir tudo aquilo que ainda podemos ser. Viva a luta da classe trabalhadora! Viva o Partido dos Trabalhadores!

**13 de novembro de 2026**

Diretório Nacional